



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação – FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**DESCORTINANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE A ÓTICA DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO: um panorama do
atendimento da Casa de Zabelê**

LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA

Brasília-DF,

2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

**DESCORTINANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE A ÓTICA DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO: um panorama do atendimento
da Casa de Zabelê**

LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.
Orientadora: Prof.^a Ma. Josiene Camelo Ferreira
Antunes.

Brasília-DF,

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sd

SOUSA, LUCAS CATARINO PEREIRA DE
DESCORTINANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES SOBRE A ÓTICA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: um
panorama do atendimento da Casa de Zabelê / LUCAS CATARINO
PEREIRA DE SOUSA; orientador Prof^a JOSIENE CAMELO FERREIRA
ANTUNES. -- Brasília, 2022.
33 p.

Monografia (Especialização - Especialização em Garantia
dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Adolescente. 2. Casa de Zabelê. 3. Criança. 4.
Desigualdade de gênero. 5. Violência sexual. I. ANTUNES,
Prof^a JOSIENE CAMELO FERREIRA, orient. II. Título.

LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA

**DESCORTINANDO A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE A ÓTICA DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO: um panorama do atendimento
da Casa de Zabelê**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente.
Orientador: Prof.^a Ma. Josiene Camelo Ferreira
Antunes

Aprovado em:

06/03/2022

Banca Examinadora

Prof.^a Ma. Josiene Camelo Ferreira Antunes

Prof. Dr. Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

RESUMO

Este estudo tem por desígnio discutir sobre violência sexual contra crianças e adolescentes a partir da relação entre aspectos teóricos da desigualdade de gênero e empíricos decorrentes da proposta metodológica da Casa de Zabelê (Teresina- PI) para o enfrentamento dessa violência. A justificativa para discorrer sobre a temática partiu de experiências concretas na atuação como educador pedagógico da referida instituição que nos permitiu antever essa relação na prática uma vez que o quadro de vítimas que são atendidas na Casa de Zabelê confere com os indicadores nacionais: são meninas, pretas ou pardas, geralmente em situação de vulnerabilidade social. O objetivo geral consistiu em compreender, de forma histórica, a violência sexual contra crianças e adolescentes e as contradições da realidade brasileira. Portanto, a metodologia consistiu em análise de cunho bibliográfico e documental, e pesquisa qualitativa através de relato de experiência. Espera-se que os resultados possam contribuir de forma pertinente, para discussões sobre o tema e que também contribua como fonte de pesquisa para estudantes, profissionais do serviço social e áreas afins ou aqueles que se interessem pelo tema.

Palavras-chave: Adolescente. Casa de Zabelê. Criança. Desigualdade de Gênero. Violência Sexual.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. METODOLOGIA.....	08
3. A DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUA INTERFACE COM A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	10
4. QUEM VAI SOCORRER AS MENINAS?.....	24
5. CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade apresentar uma discussão sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir do atendimento realizado pela Casa de Zabelê (Teresina- PI), de modo a relacionar as metodologias propostas pela instituição e os desafios das contradições sociais, culturais e teóricas que se apresentam, como por exemplo, a desigualdade de gênero.

Os registros de violência sexual na infância e adolescência podem ser observados desde as sociedades mais remotas até os dias atuais. Imbuído nessa situação, tem-se a violência sexual praticada em face dos mesmos que estiveram e estão presentes em todo esse movimento de evolução das sociedades.

Portanto, essa construção é fruto de inquietações, as quais emergiram no cotidiano profissional como educador pedagógico na referida instituição, e que apresentou os seguintes questionamentos: Como a violência sexual contra crianças e adolescentes se relacionam com a desigualdade de gênero e quais as estratégias teórico-metodológicas a Casa de Zabelê (Teresina- PI) realizam para o enfrentamento dessa violência?

Indagações desafiadoras, que ao evidenciar as possíveis respostas, demonstra-se que ainda é necessário e emergente o avanço de pesquisas e enfrentamentos na realidade em questão. O objetivo geral desse trabalho é compreender de forma histórica a violência sexual contra crianças e adolescentes, e as contradições da realidade brasileira. E como objetivos específicos: identificar a definição histórica das crianças e dos adolescentes; discutir a Violência sexual como expressão da questão social e analisar as contradições da realidade brasileira sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para tal, foram delineados alguns caminhos metodológicos os quais se fundamentam na pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de relato de experiência. E versará sobre a conceituação e os tipos de violência, com foco nos aspectos referentes à violência sexual, a legislação e as políticas públicas de enfrentamento propostas na proteção social básica.

Desta feita, os elementos discutidos nesse trabalho têm uma relevância científica, pois possibilita o crescimento de abordagens acerca da problemática, como

também tem sua importância na comunidade, no sentido de democratizar informações que confirmam o fortalecimento das políticas sociais de combate à violência sexual contra esses sujeitos.

2. METODOLOGIA

Este trabalho tem uma natureza de pesquisa bibliográfica, embasada pelos seguintes autores que tiveram principal destaque em sua construção: Áries (1981); Azevedo (2011); Azambuja (2006); Arendt (2011); Badaró (2013);

Dahlberg (2006); Iamamoto (2005); Sánchez (2004); Minayo (2004) Silva (2005); Priore (2008), dentre outros que em conjunto somaram para suscitar a discussão do trabalho.

A pesquisa é qualitativa, de cunho relato de experiência. A Instituição Casa de Zebelê atende crianças e adolescentes que estão em situação de risco e vulnerabilidade social, o foco da discussão se dará por meio de um relato de experiência enquanto educador pedagógico da instituição.

Construir ciência é uma atribuição desafiadora, pois necessita de um caminho permeado por firmeza e responsabilidade. Ciência “é um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação” (PEREIRA et al, 2018, p.13 apud FERRARI, 1982, p. 8).

De acordo com Pereira et al. (2018, p.13) “uma das principais características do conhecimento científico é a sua estruturação, pois consiste num saber ordenado, o qual é construído a partir de um conjunto de ideias”. Nesse sentido, para desenvolver uma pesquisa de cunho científico, faz-se contundente observar o método que esta será produzido, desde os levantamentos iniciais até as considerações relevantes ao trabalho.

O método científico parte da observação organizada de fatos, realização de experiências, das deduções lógicas e da comprovação científica dos resultados obtidos “(PEREIRA, et al, 2018, p.27-28).

Por essa razão, é preciso estabelecer um caminho concatenado com o objetivo que se deseja alcançar com a realização da pesquisa.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, Muylaert et al, (2014, p. 197) descreve: Minayo se refere ao verbo compreender como a principal ação em pesquisa qualitativa, em que questões como a singularidade do indivíduo, sua experiência e vivência no âmbito de grupo e da coletividade ao qual pertence, são fundamentais para contextualizar a realidade na qual se está inserido.

A pesquisa desenvolvida se apoia no método qualitativo, por se tratar de uma imersão no estudo sobre a violência contra crianças e adolescentes e as contradições presentes na realidade brasileira. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pois são foram analisados livros e artigos que discutem como as crianças e adolescentes foram tratados ao longo da história, como também os que discutem o avanço das legislações e políticas públicas para o enfrentamento a violência sexual contra este público.

As bases de estudo consideraram o livro "História social da infância no Brasil" de Mary Del Priore, 1997; e artigos das revistas Google Acadêmico e Scielo. São levados em consideração alguns critérios para a seleção dos artigos, tais como: Quantidade de citação do artigo, os graus de *Qualis* exigidos pela Centro de Apoio ao Ensino e a Pesquisa - CAPES e a relação com a temática proposta. O período de desenvolvimento do estudo é transversal e compreenderá o mês de outubro de 2021 a fevereiro de 2022. O trabalho foi feito a partir do aprofundamento em autores que dão base para a sustentabilidade do tema. Como Ariés (1981); Azevedo (2011); Azambuja (2006); Arendt (2011); Badaró (2013); Dahlberg

(2006); Iamamoto (2005); Sanchez (2004); Minayo (2004) Silva (2005); Priore (2008). Os autores como Del Priore (2008) e Ariés (1981) discutem a criança e ao adolescente em uma perspectiva histórica. Azevedo (2011); Azambuja (2006), Arendt (2011); Badaró (2013); Dahlberg (2006) discutem as bases conceituais de violência, como também suas consequências nos sujeitos que dela sofrem. Minayo (2004) discute sobre a fundamentação da pesquisa qualitativa enquanto possibilidade de construção do conhecimento científico.

3. A DESIGUALDADE DE GÊNERO E SUA INTERFACE COM A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Dentro das sociedades ditas contemporâneas pós-modernas, as hierarquias de classe social, raça e gênero são critérios utilizados para descrever aspectos conceituais dentro das ciências sociais, que se relacionam ou se sobrepõem na vida dos sujeitos, como a violência sexual relacionada à desigualdade de gênero, na teoria e na prática. Nesta mesma posição, infere Aguiar (2007, p. 83): “no Brasil, a questão do preconceito e da discriminação, estão implicados na associação entre a raça e classe”.

Conforme o autor existe basicamente uma tríade que se intersecciona quando o tema é o da violência sexual: a associação entre cor da pele ou etnia que alguns arbitrariamente chamam de raça, a hierarquia social no sentido de classes propostas pelos marxistas e a desigualdade de gênero, que consiste na temática abordada por esse estudo (AGUIAR, 2007).

Ao refletir sobre a desigualdade, deve-se pensar que “esse conceito começa a ser considerado importante para se pensar nossas hierarquias a partir da década de oitenta com a ascensão dos chamados Novos Movimentos Sociais” (AGUIAR, 2007, p. 85).

Para Rocha (2007, p. 10), algumas discussões partem do princípio teórico de que “existe uma cultura de superioridade do sexo masculino sobre o feminino lhe permitindo impor padrões e condutas de comportamento às mulheres, como meio de dominá-las social e economicamente”.

A desigualdade seria decorrente desse domínio imposto pelos homens a partir de uma hierarquia de poder econômico e social, entretanto Saffioti (1999, p.82) contrapõe que: “o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é presumida”.

Quando se discute gênero, as atribuições sociais designadas às mulheres e aos homens têm profunda raiz na formação social de cada povo. Safiotti pontua essa afirmação:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987 p.8).

Nessa lógica, tanto a mulher quanto o homem são emolduradas (os) por aquilo que a sociedade espera que sejam e se tornem, perfazendo dessa maneira, uma projeção que vai atribuindo posições e posturas para o comportamento dentro das relações sociais pré-estabelecidas.

Dentro desse panorama de gênero, deve-se compreender este como uma categoria histórica. “Como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva” (SAFFIOTI, p.82 *apud* SCOTT, 1988).

Na perspectiva da autora, os gêneros masculinos e femininos estão submersos as normatizações históricas em que a sociedade foi sendo organizada, submetidos (às) aos princípios e valores das instituições sociais e culturais, como também caracterizando ou descaracterizando sua identidade por meio dessa criação social e cultural de significados da sua própria concepção de ser homem ou mulher.

A desigualdade de gênero não é um fenômeno da modernidade, nas sociedades mais remotas, essa cultura de submissão da mulher ao homem vem sendo perpetuada e com ela trazendo um conjunto de fatores e exigências de cunho religioso e cultural que fundamentam esta disparidade. Um exemplo desse aspecto cultural se revela a partir da “naturalização” de que toda mulher sonha em se casar, ter filhos, cuidar da casa e da família. Este processo é gestado então na dicotomia entre público e privado.

Para as autoras, a própria dicotomia entre vida pública e privada não é capaz de perceber as especificidades e os anseios frutos da condição de gênero da mulher. A esfera pública de uma forma geral foi identificada como o locus do indivíduo, onde este indivíduo na busca do bem comum contribui para o bem geral. Enquanto a esfera privada foi identificada como o espaço do amor e da afeição. De certa forma, a esfera pública é o espaço da razão enquanto a esfera privada é o espaço por excelência da família. Ou seja, cabe confinar a mulher no espaço privado e é nesse locus que se realiza a socialização dos filhos, atividade praticamente identificada ao papel da mulher. Nessa perspectiva, as mulheres passam a ser “naturalmente” confinadas à esfera de vida privada (AGUIAR, 2007, p. 85).

Isso implica também no condicionante estrutural de que mulheres são propensas a ser recatadas e do lar¹, e esse processo ocorre desde o primeiro respirar fora da placenta. E neste sentido,

As mulheres de nossos dias estão prestes a destruir o mito do "eterno feminino": a donzela ingênua, a virgem profissional, a mulher que valoriza o preço do coquetismo, a caçadora de maridos, a mãe absorvente, a fragilidade erguida como escudo contra a agressão masculina. Elas começam a afirmar sua independência ante o homem; não sem dificuldades e angústias porque, educadas por mulheres num gineceu socialmente admitido, seu destino normal seria o casamento que as transformaria em objeto da supremacia masculina (BEAUVOIR, 1967, p. 2).

Dentro dessa afirmativa antológica do feminismo, o conceito de gênero foi se transformando ao longo do tempo, atravessando a raça (quando o evolucionismo era moda) e classe social, sendo que atualmente,

Embora aqui se interprete gênero também como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, que estão expressas nas relações destas duas categorias sociais, ressalta-se a necessidade de ampliar este conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher. Obviamente, privilegia-se o primeiro tipo de relação, inerente à realidade objetiva com a qual todo ser humano se depara ao nascer (SAFFIOTI, 1999, p. 82).

Aguiar (2007) aponta algumas distorções no campo teórico e conceitual dentro do movimento feminista, especialmente quando se trata de colocar todas as mulheres dentro de uma mesma caixa: brancas, pretas, ricas, pobres, férteis, estéreis, e assim sucessivamente. Todavia,

Isso gerou uma insatisfação das mulheres negras com relação a falta de sensibilidade por parte do movimento feminista em relação as formas de opressão específicas sofridas pelas mulheres negras. Seria necessário abordar a maneira como gênero, classe e raça se cruzam para criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres (AGUIAR, 2007, p. 87).

Consequentemente a reivindicação das mulheres pretas está certa, pois mesmo depois de 15 anos da discussão proposta por Aguiar (2007, p. 87): "a mulher

¹ Trata-se de um título da reportagem da Revista Veja ao fazer uma apresentação da então esposa do Presidente Michel Temer em 2016 e que foi ironizada e discutida em publicações nas redes sociais.

negra no Brasil é discriminada duas vezes: por ser mulher e por ser negra”. É a desigualdade dentro das desigualdades.

Teles e Melo (2012) estabelecem uma diferenciação entre gênero e sexo. O sexo geralmente descreve as características e diferenças biológicas das espécies que pertencem ao sexo masculino e feminino, ou seja, são diferenças determinadas pela natureza. Já o gênero aborda as diferenças socioculturais existentes, os sexos masculinos e femininos, se traduzindo em desigualdades econômicas e política e colocando as mulheres em posição inferioridade em relação aos homens. Um dos mecanismos de dominação masculina sobre o feminino seria a violência.

Em 1970, o movimento feminista cunhou a expressão “violência de gênero” para delimitar a tipologia de violências que alcançam as mulheres, de diversas formas. Neste sentido afirmam que,

o conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim de um processo de socialização das pessoas (TELES; MELO, 2012, p. 16).

Esta violência de gênero também se estende às meninas, mesmo as recém-nascidas, que acabam violadas das formas mais cruéis possíveis, e neste sentido é importante destoar um pouco para a discussão sobre a infância e juventude no Brasil, até chegar a um denominador comum. Primeiramente,

tanto a noção de infância como a de adolescência e a de juventude não são concepções naturais, mas históricas, sociais, culturais e relacionais. Assim sendo, em diferentes épocas, os processos históricos e sociais conduzem a uma caracterização peculiar desta fase da vida, a qual adquire, no campo social, uma especificidade que nos interessa compreender na sua dimensão processual, plural e contingente. Isto significa dizer que, ao falarmos sobre as fases da vida, não podemos nos deixar capturar facilmente por discursos teóricos tradicionais, com pretensões universalistas, mas buscarmos compreender a complexidade inerente a este campo do conhecimento, que se revela fundamentalmente como um campo de disputas entre as diversas abordagens teóricas e as diferentes disciplinas no âmbito das ciências humanas e sociais (SOUZA, 2010, p. 88).

As terminologias estão atreladas as diversas ciências como psicologia e ciências sociais, e também a categoria etária, adotada para caracterizar as fases da

vida: “que, embora não possa ser totalmente abandonada, apresenta problemas quando adotada de forma rígida, pois acentua a fronteira entre as crianças e o acesso à “idade da razão”, incentivando práticas discriminatórias entre adultos e crianças” (SOUZA, 2010, p. 88).

Criança e adolescente são termos recentes se considerarmos que a história da humanidade vem sendo trilhada há milhões de anos, e é um tema moderno, mais precisamente do final de XVIII e meados do século XIX (Áries, 1981).

Assim como foi dura a descoberta da essência de ser criança e adolescente ao longo de centenas de anos, foi cruel vivenciar situações de violências e abusos até que se chegasse a enfrentá-las através de legislações e processos históricos, que são relatados no apogeu das grandes civilizações como a Grega e a Romana, até a atualidade, segundo Faleiros (2008).

Ramos (2008) aponta que desde o início da colonização brasileira, as crianças imigrantes de Portugal e outros países ibéricos, estavam à mercê de todo tipo de violências nas quais: “crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violentadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas até que chegasse a colônia” (RAMOS, 2004, p.19).

Percebe-se de forma resumida que o trajeto de definição percorrido por crianças e adolescentes no contexto brasileiro ocorreu de maneira violenta e com diversos abusos e maus-tratos, devido à visão dos adultos que os coisificavam a partir de relações de poder.

De acordo com os relatos, durante os deslocamentos para a futura colônia portuguesa, esse era um processo lento e penoso, devido ao fato de que durante as navegações as violências se intensificaram, e quando aqui se estabeleceram, as crianças e adolescentes prosseguiram negligenciados.

Esses processos de abusos, maus-tratos e violências contra crianças e adolescentes, aconteciam sem nenhuma sanção, arregimentados pela sociedade e a legislação na qual o pai possuía plenos poderes sobre seus filhos, inclusive de matá-los ou de abandoná-los, e também envolviam os casos envolvendo violência sexual.

A violência, atualmente é concebida de acordo com o proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que traz sérias consequências ao desenvolvimento físico e psicológico,

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento ou morte. Dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (DAHLBERG; KRUG, 2006, p.1163).

O conceito de violência representa a manifestação do uso da força física, ameaça violência psicológica ou ainda todos esses condicionantes em uma só prática, provocando impactos físicos e/ou psicológicos nas vítimas.

Segundo Arendt (2011) às relações de poder e violência podem ser consideradas como institutos distintos, pois a violência institucional corresponde a um instrumento ações abusivas do Estado sobre a sociedade, ao passo em que o poder é uma relação institucionalizada de mando e obediência social para com o Estado. Conforme Arendt (2011):

Uma vez que a violência- distinta do poder, força ou vigor- necessita sempre de instrumentos [...] A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los. Uma vez que os propósitos da atividade humana, distintos que são dos produtos finais da fabricação, não podem jamais ser previstos com segurança (ARENDR, 2011, p. 18).

A violência sexual consiste na relação de força entre um adulto e uma criança ou adolescente, com objetivo de dominação, satisfação sexual ou obter lucros de maneira proposital e envolve dois aspectos: o primeiro consiste no abuso sexual, que pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar e o segundo corresponde à exploração sexual comercial que envolve prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas com finalidade sexual, e pode ser física e psicológica (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

O abuso sexual de crianças e adolescentes acontecem de várias formas, desde insinuações lascivas até a própria prática do ato sexual, e se caracterizando também violência presumida (com ou sem consentimento) da vítima que tem idade inferior a 14 anos. A violência sexual envolve dois aspectos: o primeiro consiste no abuso sexual, que pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar e o segundo corresponde à exploração sexual comercial que envolve prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas com finalidade sexual, e pode ser física e psicológica:

Cabe ressaltar que, na análise de situações concretas, verifica-se que essas diferentes formas não são excludentes, mas sim cumulativas. Por exemplo, a violência sexual é também violência física e psicológica; a violência física sempre é também psicológica. Na exploração sexual comercial, encontram-se presentes, além da exploração econômica, as violências estrutural, física, psicológica, social e moral. Por fim, a violência simbólica estimula todas as formas de violência (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.31).

Neste aspecto qualquer tipo de violência sexual, prevê também a física, a psicológica, a estrutural, social, moral e a exploração econômica sexual. A violência sexual estrutural está relacionada diretamente às desigualdades econômicas e sociais, que envolvem principalmente crianças pobres (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

A violência física que se caracteriza por agressões, tapas, espancamentos, etc. são quase sempre visíveis, geralmente quando envolvem crianças e adolescentes, os familiares diretos como pais, responsáveis, parentes ou pessoas próximas são os principais agressores.

A violência psicológica é a forma mais complexa para se detectar, porque não deixa marcas aparentes e imediatamente perceptíveis em curto prazo, representando um jogo de submissão envolvendo a criança e o adulto, geralmente familiar ou responsável, através de agressões verbais, depreciação, etc., causando transtornos psicológicos (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

As consequências deixadas pela violência psicológica atingem os aspectos pessoais e emocionais da criança e do adolescente, provocando o seu isolamento, complexo de inferioridade e rejeição, tendências ao suicídio, e doenças como a depressão e a ansiedade o que provoca graves prejuízos ao seu desenvolvimento integral.

A violência sexual de crianças e adolescentes, além de uma agressão que atinge níveis graves à integridade física, psicológica, emocional, constitui também uma violação dos direitos humanos, e quando ocorre no âmbito familiar atinge o aspecto da proteção da família, ou seja:

Esse tipo de violência caracteriza-se como uma violação dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento: direito à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadio e à proteção integral. A violência sexual no âmbito familiar é uma violação ao direito à

sexualidade segura e à convivência familiar protetora (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.38).

A violência sexual intrafamiliar é a mais comum, por ser praticada dentro de casa, onde os abusadores são os pais, responsáveis ou alguém próximo da família, e é conhecido também como abuso sexual, ocorrendo em diversos contextos de classes, etnias.

O abuso sexual infantil intrafamiliar é apenas um dos diversos tipos de violência a que a criança está exposta no lar. Vem sendo praticada, ao longo dos tempos, sem distinção de raça, cor, etnia ou condição social. Ocorre de forma velada e, na maioria das vezes, não é relatado às autoridades competentes. Devido a constrangimentos, o tema não vinha sendo tratado em doutrina, até poucos anos atrás, dificultando, assim, as estatísticas e a comprovação do fato ilícito. É uma das formas mais cruéis de se maltratar uma criança e consiste na utilização de um menor para a satisfação dos desejos sexuais de um adulto (BALBINOTTI, 2008, p.3).

Como principal consequência deste tipo de abuso está a contribuição para o silenciamento da denúncia: a síndrome do segredo, que implica na situação de coação sobre crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual que acaba por facilitar que se mantenha o seu silêncio sobre a violência sexual sofrida ou realizar a denúncia formal.

Os impactos causados pelo abuso sexual intrafamiliar são extremos por serem praticado por genitores ou responsáveis que deveriam manter laços de afetividade com seus filhos e que contribui com ações de automutilações, tentativa de suicídio, uso de drogas, depressão, agressão sexual, dentre outras (BALBINOTTI, 2008).

O abuso sexual extrafamiliar ocorre quando o abusador é um agente externo, geralmente alguém conhecido da família, ou outros que faz parte de redes de pedofilia, etc. Este tipo de abuso é o que mais promove a exploração sexual econômica de crianças e adolescentes como a prostituição infantil, pornografia, o turismo sexual e tráfico de pessoas para exploração sexual comercial, que transformam a vida de crianças e adolescentes verdadeiras prisões.

A exploração sexual de crianças e adolescentes podem ocorrer de duas formas: a exploração formal e a exploração informal, sendo vítimas de um sistema que as submetem a uma situação degradante que mudará toda a sua vida, visto que tanto o abuso, como a exploração sexual causam graves impactos psicológicos, físicos e morais.

A exploração sexual econômica de crianças e adolescentes apresentam uma diversidade de ações e sujeitos que buscam a mercantilização e o abuso dos corpos destas para exploradores sexuais, em organizações locais ou globais, envolvendo ainda, pais ou responsáveis e consumidores de serviços sexuais pagos, através da prostituição, pornografia, tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais e turismo sexual (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

A exploração sexual mediante prostituição infantil é a forma mais difundida e geralmente está associada a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades, vivendo em ruas, pouco ou não escolarizados, e que sofrem constantemente violência sexual, e pode ser entendida como:

Uma forma de exploração sexual comercial, ainda que seja uma opção voluntária da pessoa que está nessa situação. As crianças e os adolescentes, por estarem submetidos às condições de vulnerabilidade e risco social, são considerados prostituídos (os) e não prostitutas (os). A prostituição consiste em uma relação de sexo e mercantilização e em um processo de transgressão (FIGUEIREDO; BOCHI, 2007, p. 58).

Assim sendo, as crianças e adolescentes ficam vulneráveis e muitas vezes são obrigados a praticarem esta atividade de forma involuntária, sob coação e ameaças. Outra prática que se relaciona com esta modalidade de exploração corresponde ao turismo sexual, que se configura como um mercado organizado com diversos profissionais da área como guias turísticos e empresas como hotéis, para a exploração sexual de crianças e adolescentes (FIGUEIREDO; BOCHI, 2007).

O tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais representa outro viés do abuso sexual extrafamiliar e consiste em uma atividade criminosa através de grupos de pessoas organizadas que envolvem a entrada ou saída destes de seu país de origem com propósito de explorá-los através da prostituição, especialmente mulheres e adolescentes na faixa de até 25 anos.

A prática das redes de tráfico envolve atividades de cooptação e/ou aliciamentos raptam intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada para essa finalidade. É importante destacar que, no tráfico nacional ou transnacional de mulheres, crianças e adolescentes, as pessoas são exploradas não somente nas atividades sexuais comerciais (prostituição, turismo sexual, pornografia), mas também por meio de trabalho forçado e escravo (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO, 2007, p. 46).

A pornografia infantil pode variar em definição de território para território, de acordo com seus códigos morais, culturais, religiosos, sexuais, etc. consistindo em todo material audiovisual que utiliza crianças e adolescentes em um perspectiva erótico- sexual através da exploração sexual de produtores, intermediários, difusores e consumidores (FIGUEIREDO; BOCHI, 2007).

Trata-se, portanto, de uma exposição a partir de fotografias e vídeos, filmes, revistas, dentre outros, de cunho sexual envolvendo crianças e adolescentes, constituindo um dos abusos sexuais mais comuns no contexto extrafamiliar.

Segundo Badaró (2013) a violência sexual contra crianças e adolescentes, enquanto expressão da questão social é facilitada pela gama de problemas sociais e pela ausência de Estado assistente e de políticas públicas voltadas à coibição dessa prática. A exclusão social, e a marginalização de classe, somados à falta de oportunidade, contribuem para a vulnerabilidade da vítima.

Sanderson (2005) enfatiza que a cultura de subjugação de raça, gênero, condição social, consiste em determinante para a violência praticada contra crianças e adolescentes, isso porque a dominação sempre parte de quem detém o poder da situação, e nos casos de violência sexual a sobreposição acontece sobre as meninas e adolescentes.

São reiteradas as ações dos abusadores de crianças e adolescentes, levando em conta o próprio machismo histórico e patriarcal, que optam por abusar de crianças e adolescentes do sexo feminino, conforme as informações comprovadas através das estimativas de órgãos idôneos. Nessa perspectiva de compreensão histórica da questão social e suas determinadas expressões, a relação com a violência sexual contra crianças e adolescentes é fundamental discutir suas consequências.

A violência sexual é uma das formas de abuso frequente no ambiente familiar. Os estudos mostram que as principais vítimas são meninas e o agressor é o pai, o padrasto ou ainda pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima. Essa forma de abuso costuma ter consequências como gravidez precoce de adolescentes e abortos clandestinos; o abandono do lar pelas meninas e meninos; e a intensificação de crianças e adolescentes vivendo na rua (SANCHEZ; MINAYO, 2004 p.34).

Para Sanchez; Minayo (2004) as consequências elencadas tem uma raiz profunda tanto nas repercussões psicológicas, como na física e a própria preparação

de forma geral para uma gravidez precoce, nessa lógica, o abuso desencadeiam outras faces da questão social, conforme traz o texto, a própria fuga das crianças dos seus lares e o alargamento de crianças e adolescentes vivendo na rua, levados por essas questões debatidas até aqui.

Outras consequências para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, na qual permite a observação da própria postura das crianças relacionando com as demais pessoas, pois existe uma mudança de postura. A mudança de comportamento seria um sinal, tendo um temperamento mais deturpado em relação as demais crianças, ou a si próprio, questões particularmente discutidas e encaradas pela psicologia, o intento desse debate, e, sobretudo, mostrar o quanto são variadas as consequências frutificadas do abuso sexual praticado em face da criança e do adolescente.

É indubitável as sequelas trazidas para a vida de crianças e adolescente vítimas de violência sexual. Esses atos perturbam a sua infância e o seu desenvolvimento sadio, sendo por isso importante o levantamento dessas questões para melhor ter conhecimento sobre a origem e o dimensionamento do problema, como os caminhos percorridos pelo agressor, a vala traumática por que se coloca a criança e ao adolescente, dentre outras questões.

Sanderson (2005) coloca também que são de inteira importância a busca de informações sobre a integralidade do problema para que se possa trabalhar de forma mais eficaz e instituir políticas mais conscientes e concretas a fim de abolir e atenuar tanto as condutas criminosas quanto a violência sofrida pela vítima.

O abuso sexual tem um impacto muito grande na saúde física e mental da criança e do adolescente, deixando marcas em seu desenvolvimento, com danos que podem persistir por toda vida. Sua detecção precoce possibilita o tratamento e acompanhamento adequados, com a minimização de sequelas. O envolvimento familiar deve ser levado em conta. Todas as distorções de relacionamento necessitam ser avaliadas e tratadas, para que se interrompa sua continuidade, que se dará no abuso intergeracional e na possibilidade de revitimização (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005, p. S197).

Para Pfeiffer e Salvagni (2005) a prática da violência sexual é cometida em suas mais diversas formas, seja intrafamiliar, onde os parentes das crianças e adolescentes mantém relações sexuais ou insinuações, numa verdadeira relação incestuosa, ou extrafamiliar, onde as crianças e os adolescentes encontram propostas

sexuais por parte de terceiros, numa relação de prostituição ou não, atingindo majoritariamente as meninas.

O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7-36% das meninas e 3-29% dos meninos sofreram abuso sexual (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005 p. S197).

Os dados extraídos da OMS são diagnosticados diante de denúncias e constatações, ademais, provavelmente são bem maiores do que consta nas estatísticas devidas o grande número de assédios e abusos não notificados, seja porque a criança e ao adolescente são ameaçadas ou tem receio e medo de falar, por vezes se sentir culpado, ou até mesmo a família fica silente quando toma conhecimento da ocorrência da prática dentro do ambiente familiar com objetivo de proteger o agressor.

Deste modo, as contradições originadas da dinâmica econômica, também corroboram para a fragilidade nas relações familiares, sobremaneira inviabilizando o fortalecimento dos laços familiares, que uma vez fragilizados, sem o acesso a políticas públicas e outros direitos constitucionais, vivem submersas em ciclos de pobreza, violências e vulnerabilidades.

Nesse sentido, cabe ao profissional do serviço social compreender a totalidade da questão social que alavanca o problema do abuso sexual, e não observar esse fenômeno como algo isolado ou estático, mas antever a realidade dessas questões sobre as crianças e adolescentes violadas.

O agressor é aquele (a) que está situado em uma posição de domínio, seja pela força ou não, atuando sozinho e se utilizando as mais variadas formas de convencimento e coerção para concretizar seu intento. Diante dessas várias formas de ataque se mostra necessária atenção mais apurada para o combate dessa prática:

É necessário desenvolver uma compreensão mais sofisticada do perfil e papel do agressor nas violências perpetradas contra crianças e adolescentes. O desenvolvimento de estudos e ações voltadas não apenas para as vítimas e/ou para o autor da violência, mas também para as redes sociais e instituições nas quais eles se integram, são iniciativas fundamentais para que novas formas de enfrentamento do fenômeno sejam elaboradas e avaliadas. Isso é fato tanto no caso de um agressor que age sozinho como no caso daqueles que o fazem o exercício de uma função institucional (SILVA; SILVA, 2005, p. 27).

De acordo com Silva; Silva (2005), muitos são os trabalhos a serem realizados para oprimir a violência sexual de crianças e adolescentes, uma delas é identificar o agressor e suas várias formas de agir. Atualmente são muitos os meios de aproximar agressores de suas vítimas, dentre estas formas estão as redes sociais e o uso de aplicativos, para tanto a fiscalização deve ser mais incisiva, devendo os pais, a família e a sociedade ficarem mais atentos quanto as várias possibilidades de ataque.

As vítimas de abusos sexuais na infância e adolescência sofrem danos graves em seu desenvolvimento, no aspecto da socialização e, sobretudo no aspecto psicológico que, em muitos casos, persistem inclusive na vida adulta. A invasão da intimidade, a ofensa à personalidade da vítima e ainda todas as fobias familiares e sociais criadas, levam a vítima ao estado de culpa e de transtornos comportamentais:

O abuso sexual deve ser considerado um fator predisponente a sintomas posteriores, como fobias, ansiedades e depressão, bem como envolvimento de um transtorno dissociativo de identidade, também conhecido como transtorno de personalidade múltipla com possibilidade de comportamento autodestrutivo e suicida (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005, p. 203).

Conforme Pfeiffer e Salvagni (2005) as compreensões as consequências originadas do abuso sexual a crianças e adolescentes não cessam, como também não são suficientes para dimensionar todas as fobias criadas pelas vítimas, assim como:

A vergonha e a culpa acompanham quase invariavelmente o abuso sexual contra crianças, e ambos os sentimentos tem um grande impacto na autoestima da criança e na maneira como ela interpreta o abuso sexual. A vergonha é também um fator que define se a criança interioriza a experiência ou se a exterioriza e de que modo. (SANDERSON, 2005, p. 240).

Assim fica evidente que muitos são as consequências adquiridas através do abuso sexual, e todas essas questões impactam no seu desenvolvimento mental e físico impossibilitando a revelação da pratica de violência sexual que tanto assolam suas vidas:

O que fica claro é que a maioria das crianças abusadas sexualmente se sente confusa em relação ao Abuso Sexual e tem vários sentimentos muito potentes e poderosos que não consegue expressar. Esses sentimentos fortes, confusos e muitas vezes esmagadores podem impedir a criança de revelar o abuso sexual porque ela simplesmente não sabe por onde começar e o que dizer. (SANDERSON, 2005, p.240)

As consequências trazidas a crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, ressalta que os sentimentos adquiridos nesses processos são muito complexos, dificultando sua reação, impedindo de se expressarem a situação de violência sexual vivenciada constantemente, contribuindo para a não revelação do ato, no sentido de após isso ter atitudes cabíveis e interventivas na prática.

Para vencer essa complexidade de fatores que impedem crianças e adolescentes de denunciarem a violência sexual sofrida, mantendo assim uma situação de abusos e agressões frequentes, foi necessária a articulação dos movimentos sociais e da sociedade visando promover o reconhecimento dos direitos e a proteção integral de crianças e adolescentes, através das legislações que os tornam sujeitos de direitos.

A partir da reflexão e diante dessas pontas, as vezes soltas, as vezes bastante entrelaçadas é que se encontram as relações entre desigualdade de gênero e violência sexual contra crianças e adolescentes.

Estudos realizados pelo Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), em 2011, revelam que foram notificadas em todo o país 100 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, e que a maioria das vítimas é do sexo feminino, na faixa etária entre os 10 e 14 anos. A incidência desse tipo de violência em mulheres, segundo Saffioti (2007), constitui o que a autora chama de dominação-exploração, processo implicado nas relações desiguais de gênero, em que os homens recorrem à violência para a realização de seu projeto masculino associado à concepção do poder de dominação sobre a mulher (VIEIRA, 2016, p. 55).

São dados alarmantes que se intensificam a cada ano, seja pelo acesso às informações midiáticas, ou pelo aumento no número de denúncias ou ainda pela efetivação dos direitos e garantias fundamentais de proteção social das crianças e adolescentes através de instrumentos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

“Discutir sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, sobre a ótica da desigualdade de gênero, é sobremaneira, denunciar a cultura patriarcal que tem sido firme na nossa sociedade desde tempos remotos. Os indicadores sociais de violência sexual contra crianças e adolescentes, terem e em sua taxa mais elevada, vítimas do sexo feminino e dos alarmantes casos de violência contra a mulher, traz à tona questões que precisam ser discutidas no contexto das relações sociais e, sobretudo, traçar metas que busquem

enfrentar de forma lúcida e direcionada está problemática” (Lucas Catarino-educador pedagógico da Casa de Zabelê).

Neste sentido, o relato de experiência é o instrumento para tentar imprimir uma compreensão dessa relação conceitual e empírica que engloba a violência sexual infanto-juvenil e a desigualdade de gênero no Brasil.

4. QUEM VAI SOCORRER AS MENINAS?²

Reza a lenda que Zabelê amava Metara, que também amava Zabelê, que era odiado por Mandahu, que também amava Zabelê, a bela indígena da etnia Amarajós, que segundo a tradição oral, o desfecho desse triângulo amoroso se compara em poesia à história de Romeu e Julieta, e hoje são livres como lindos pássaros pelos céus do Piauí. Zabelê está eternizada nas lendas e também na instituição que há 24 anos tem a missão de:

Promover ações de atendimento especializado a crianças e adolescentes do sexo feminino e jovens de ambos os sexos, vulnerabilizados pela violência, com foco especial na violência sexual, atuando de forma ética, profissional e colaborativa junto aos parceiros e à sociedade, observados os princípios da eficácia, eficiência e responsabilidade social (PEREIRA et al., 2020, p. 3).

Foi fundada no dia 29 de agosto de 1996 após a constatação de que existia uma grande quantidade de crianças, adolescentes e jovens vitimados pela violência em todas as suas formas de manifestação, necessitando de atendimento e acolhimento através da parceria com a Ação Social Arquidiocesana e a Prefeitura Municipal de Teresina-PI.

A instituição se insere no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), na proteção social básica, embora ao longo dos anos tenha transitado pela proteção social especial. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira de 8:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h. Existem três núcleos que ofertam o serviço de Atendimento direto, o Núcleo de Dança e o Núcleo de Profissionalização em Moda e Serigrafia. De acordo com o quadro 1.

² Relato de experiência de um educador pedagógico da Casa de Zabelê em Teresina- PI

QUADRO 1- Atividades desenvolvidas na Casa de Zabelê

FAIXAS ETÁRIAS POR GRUPO	ATENDIMENTO DIREITO	MODA E SERIGRAFIA
Atendimento direto: 08 a 17 anos Dança contemporânea: 14 a 17 anos Moda e Serigrafia: 15 a 17 anos	- Atividades de dança, esporte, arte-educação e oficinas de orientação e prevenção.	Período: 2ª a 6ª feira, nos turnos manhã e tarde Público- alvo: 44 adolescentes divididos em dois grupos Encaminhamento: feito pelo CREAS, CRAS, Casa de Punaré, Casa Dom Barreto, Abrigo Feminino, etc
Dança Contemporânea - Período: duas vezes na semana	Espaço de serviços com atividades integradoras. -Acompanhamento psicopedagógico -Preenchimento de fichas (cadastro, atendimento, acompanhamento individual e familiar) -Entrevistas individuais; -Visitas domiciliares e às escolas -Atividades de grupos (crianças e adolescentes); - Atividades de convivência (com as famílias);	Perfil dos adolescentes: vítimas de violência sexual, trabalho infantil, adolescentes em medida protetiva de acolhimento e adolescentes em Medida socioeducativa ou Liberdade Assistida
		- Metodologia: incentivo a pesquisa, a criação e produção de coleções - Proposta pedagógica dos cursos: oficinas teóricas e técnicas - Equipe profissional: consultoria de moda, modelista, serígrafo e costureiras - Coleções: iconografia regional com elementos da cultura piauiense e brasileira

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As áreas promotoras são o Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, com a oferta de ações como arte-terapia, esportes, dança, cursos profissionalizantes, atendimento psicossociopedagógico, etc.

No início de 2020, a pandemia provocada pelo novo coronavírus, trouxe medo e desafios provocando o distanciamento social, que fez com que a Casa de Zabelê reorganizasse suas atividades, através do “acompanhamento de forma remota aos nossos usuários através de chamada telefônica, aplicativos de mensagens, redes sociais e plataformas digitais” (PEREIRA et al., 2020, p. 13).

A abertura do ano 2020 ocorreu dia 02 de janeiro, com o simbolizado pelo Sol que representa o emblema para a reflexão durante o ano “incluiremos o SOL na perspectiva da esperança, do renascer, de aguardar a passagem dessa vivência de distanciamento social o que incidirá na autoestima, no sentimento de esperar, na redução dos níveis de ansiedade e sentimentos de medo. Compreendemos ainda a possibilidade de inserir o SOL na vivência do luto, situação vivenciada por diversas famílias no contexto da Pandemia da COVID- 19” (PEREIRA et al. 2020, p. 14).

No dia 18 de março de 2020 as atividades foram interrompidas para seguir os protocolos e decretos governamentais com objetivo de manter o distanciamento social como medida protetiva para conter o avanço da Covid- 19³.

As atividades retornaram no dia 12 de abril em caráter remoto apenas com “com a equipe técnica e educadores, com trabalho não presencial onde iniciamos as discussões sobre as novas estratégias de ação para o trabalho remoto com as educandas (os) assistidas (os) pela Casa de Zabelê” (PEREIRA et al., 2020, p. 13).

Definidas as estratégias para os três primeiros meses (janeiro a março) possibilitou a criação, ensaio e apresentação da coreografia “O nascer do Sol”, ensaios e apresentação das coreografias do baile de carnaval da Casa de Zabelê, Estudo das Lateralidades através da dança, seleção de novas bailarinas para a casa de Zabelê.

“As oficinas pedagógicas desenvolvidas na Casa de Zabelê, tem um viés educativo e contribui diretamente com a consciência social das socioeducandas. Temos a oportunidade de discutir temas transversais que perpassam desde a cultura do carnaval, a violência sexual contra crianças e adolescentes, trabalho infantil e desigualdade de gênero. O interessante dessas oficinas é a interconexão que é feita entre o que está no campo teórico e as experiências prática das meninas. Conseguem-se diante desses momentos trazerem discussões potentes que colocam em evidência, cada vez mais a necessidade de trabalhar dentro dos espaços da família, da comunidade e da escola sobre essas discussões que são vivências das crianças e adolescentes do nosso país e que por vezes se escamoteia diante dos preconceitos e culturas ultrapassadas” (Lucas Catarino, Educador Pedagógico da Casa de Zabelê).

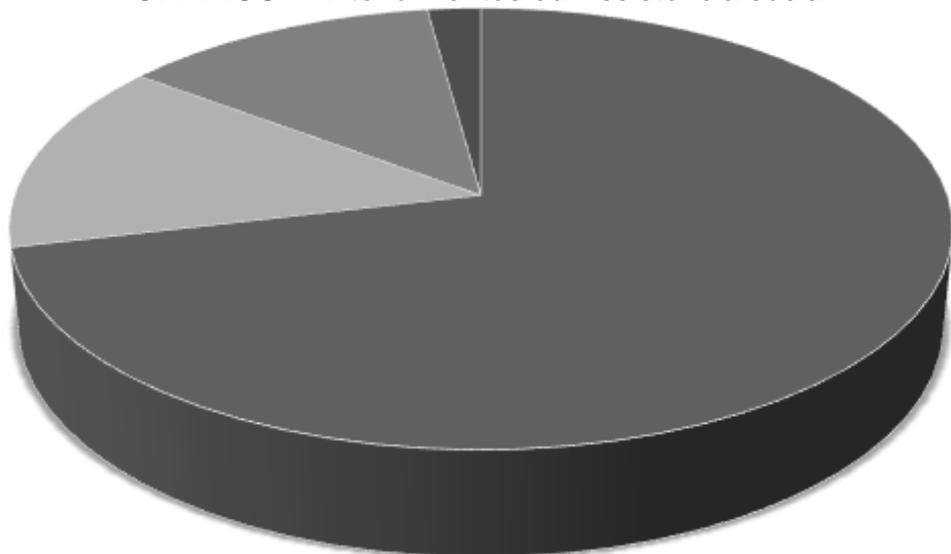
³ O primeiro caso de Covid19 foi reportado na China no final de 2019, sendo que a pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020.

O planejamento para os meses seguintes de maio a dezembro foram todos baseados na continuação do distanciamento social oficializando as atividades remotas, com publicações nas redes sociais da casa, como o instagram@casadezabelê, para sensibilizar a população sobre a prevenção e enfrentamento da violência sexual, oficinas de dança, oficina presencial: criação de coreografia, gravação de vídeos, etc.

Além desse processo de conhecimento das temáticas, as oficinas pedagógicas trabalham com o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, possibilitando a ampliação do universo educacional e cultural dessas crianças e adolescentes. Em todas as oficinas temos a sistemática de discutir sobre a temática com bases científicas, embora de forma lúdica e temos a possibilidade de produzir materiais como: Cordéis, poemas, paródias e textos sobre o entendimento delas sobre o que fora discutido, logo após temos a culminância onde elas expressaram através da produção o seu entendimento da temática e nesse contexto fortalecimento várias habilidades (Lucas Catarino, Educador Pedagógico da Casa de Zabelê, 2022).

Assistência social que diretamente lida com as vítimas e seus familiares, realizou um trabalho fundamental com o foco na manutenção das atividades que para o atendimento direto “fortalecendo os vínculos familiares, participação na escola e na comunidade, oferecer às crianças, adolescentes, jovens e famílias atendidas condições para reflexão acerca das diversas temáticas abordadas” (PEREIRA et al., 2020, p. 23), Veja:

GRÁFICO 1- Atendimentos da Assistência social



Fonte: PEREIRA et al. (2020).

Neste caso foram 639 atendimentos remotos para avaliar a situação e prestar informações e orientações de acesso a direitos socioassistenciais por meio da realização de contato telefônico permanente da equipe técnica com os familiares das crianças, adolescentes e jovens, 126 atendimentos sociais individuais e coletivos às crianças, adolescentes, jovens e famílias nos quais profissionais buscaram conhecer a realidade dos envolvidos para orientar e apresentar soluções de acordo com o problema, etc. 113 sistematizações de dados e informações da população atendida, 19 inserções, além da análise socioeconômica e acompanhamento sistemático, e outros como atendimentos psicopedagógicos individuais e coletivos do público alvo e seus familiares, Atendimentos Psicológicos sistemáticos individuais, etc. (PEREIRA et al., 2020).

Neste sentido, a continuação das atividades na Casa de Zabelê foi realizada de modo contemplar à todas as crianças, adolescentes, jovens e seus familiares, considerando também como a Covid-19 afeta essas famílias. Dessa perspectiva,

O interessante das oficinas, avaliando enquanto educador pedagógico é perceber a mudança de percepção da realidade por parte das socioeducadoras. Algumas informam não ter nos espaços domésticos a discussão de sexualidade, trabalho infantil e outras temáticas que são relevantes para o seu desenvolvimento enquanto ser social. O enfrentamento torna-se eficaz a partir do conhecimento. É necessário incentivar a leituras dos temas, fomentar o debate e intercambiar ideias para que os índices alarmantes de violência sexual contra crianças e adolescentes possam ser reduzidos (Lucas Catarino, Educador Pedagógico da Casa de Zabelê).

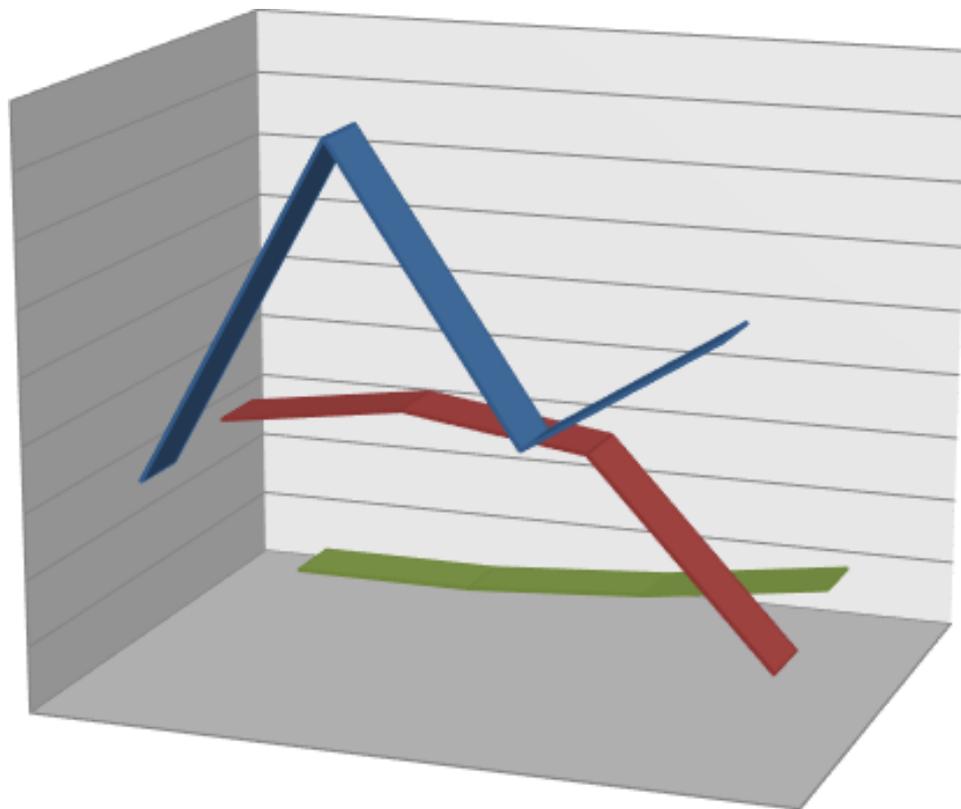
Neste contexto, foram muitos desafios relacionados ao acompanhamento das educandas (os) às atividades escolares, sem de acesso ou desconhecimento das ferramentas digitais com prejuízos à metodologia das atividades: precária criatividade nas aulas provocando desinteresse nas educandas, local impróprio para acessar as aulas remotas dificultando a execução das atividades; dificuldades de acesso à internet das famílias para participação de crianças, adolescentes e jovens nas atividades remotas, etc.

De acordo com Pereira et al. (2020) com relação ao atendimento de risco pessoal e social, violência sexual, violência física e psicológica, negligência, trabalho infantil, etc. foram atendidas um total de 113 crianças, adolescentes e jovens, sendo 17 entre 08 e 12 anos, 43 entre 13 e 15 anos, 22 entre 16 e 17 e 31 com 18 ou mais, conforme **Gráfico 2**.

Os 38 casos de negligência foram às principais demandas desse período, seguidos de 19 casos de violência física e psicológica. Considerando a idade, um total de 20 adolescentes entre 13 e 15 anos foram as mais atingidas, o que possivelmente incide na questão da convivência. As demandas referentes à violência física e psicológica atingiram as adolescentes entre 13 e 15 anos (08) e 16 e 17 anos (06).

Os casos de violência sexual foram 03 configurados como abuso sendo 02 em adolescentes entre 13 e 15 anos e 01 na adolescente de 18 anos. Se considerar o foco da Casa, a quantidade mínima de casos representa um avanço no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Sinal de que o enfoque metodológico está dando resultados.

Gráfico 2- Faixa etária das crianças atendidas durante o ano de 2020



Fonte: PEREIRA et al. (2020).

É dentro desse espaço de construção coletiva do conhecimento que conseguimos solapar as mais variadas formas de violação de direitos de crianças e adolescentes. É preciso que estes sujeitos de direitos, conheçam sobremaneira o que apregoa o Estatuto da Criança e do Adolescentes. Que a percepção de mundo deles seja problematizada dentro das oficinas pedagógicas e conseqüentemente transforme-as em multiplicadores desses conhecimentos para que mais crianças e adolescentes entendam sobre seus direitos e deveres (Lucas Catarino, Educador Pedagógico da Casa de Zabelê).

O atual plano de trabalho da Casa de Zabelê prevê para o ano de 2022 o atendimento para crianças, e adolescentes do sexo feminino de 8 a 17 anos, desenvolvendo atividades através de dança, esporte, arte-educação e oficinas de orientação e prevenção que trabalham temáticas transversais contidas nos cadernos de orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O plano de trabalho elaborado em 2021 tem como meta a execução de estratégias e ações concretas objetivando: “a prevenção e enfrentamento às violações de direitos de crianças e adolescentes com uma proposta metodológica que permitirá uma visão global da realidade” (PEREIRA et al., 2021, p. 3).

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa trata-se de um relato de experiência em conjunto com a análise bibliográfica documental sobre “a realidade da Casa de Zabelê, que tem como público no atendimento direito, crianças e adolescentes do sexo feminino, torna-se latente a realidade sobreposta da desigualdade de gênero, desde a idade mais vulnerável. Os maiores índices de abusadores são do sexo masculino e isso reproduz a mecanicidade na qual o patriarcado se apresenta na nossa sociedade, por meio do machismo que violenta tortura e mata vidas a cada minuto”.

Dentro da perspectiva pedagógica da Casa de Zabelê, estas questões da desigualdade de gênero são colocadas à tona, no sentido de desmistificar determinados padrões e buscar potencializar as crianças e adolescentes por meio da autoproteção, e autodefesa. É somente através do conhecimento destes conceitos e realidade que conseguimos direcionar estas a uma percepção crítica da realidade e onde podem buscar ajuda diante de situações de violência.

No retrospecto sobre como as crianças e os adolescentes eram e são tratados no percurso da historiografia brasileira, é possível compreender suas definições em

determinados períodos, que saem de um sistema social e legalizado de situação irregular, ora como carentes, ora como infratores para indivíduos com direitos fundamentais e proteção integral, e nesse sentido, correlacionar a realidade de violência sexual imersa nesse processo como uma expressão da questão social, que transaciona gênero, raça e classe social com a violência sexual.

De um modo geral, as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, são violadas dentro núcleo familiar, por parentes diretos e afetivos que se aproveitam das relações de poder e convencimento para praticamente perpetuar os abusos e neste processo, o Estado por muito tempo foi negligente em relação a sua atuação diante das expressões da questão social, incluindo a violência sexual.

E embora existam muitos avanços legislativos e de políticas sociais no contexto da proteção social integral de crianças e adolescentes, persistem contradições de ordem socioeconômicas e culturais que dificultam o enfrentamento de forma mais eficaz.

Corroboram estatísticas que o maior percentual de vítimas são meninas, negras em situação de vulnerabilidade representando um recorte teórico de gênero, a etnia/cor e da classe social. A Casa de Zabelê, há quase 25 anos, atua no fortalecimento da convivência e dos vínculos familiares e no enfrentamento da violência doméstica, como a negligência, violência sexual, violência física e psicológica, abandono, trabalho infantil, drogadição, e outros, com uma equipe multiprofissional composta por psicólogos, assistentes sociais, educadores pedagógicos que atuam de modo a promover atividades para o enfrentamento dessas demandas.

As atividades que desenvolvemos como educador pedagógico permite a elaboração de oficinas como a oficina florada dos Ipês e outras atividades relacionadas a trabalho em equipes, atividades físicas, dançam e discussões sobre as garantias de direitos como reconhecimento das raízes étnicas, legislação infanto-juvenil, educação sexual, etc.

Pelo exposto, destaca-se a importância da Casa de Zabelê como principal instituição voltada para o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes em Teresina-PI e como promotora da cidadania através dos seus serviços prestados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 36, n. 37, p. 83-88, 2007.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.

BALBINOTTI, Cláudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar: A REVITIMIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE ABUSO**. 2008.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. Ciênc. **Saúde coletiva**, v. 11, n. supl, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira (org.). **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FIGUEIREDO, Karina; BOCHI, Shirley B. B. **Violência sexual: um fenômeno complexo**. 2007.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de pediatria**, v. 81, n. 5, Nov/ 2005.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações do século XVI. In: PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas –abrigo no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. M. Books do Brasil, 2005.

SMSSP. **Caderno de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes**. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. **São Paulo**: SMS, 2007.

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Sousa e. **Análise da violência contra crianças e adolescentes segundo o ciclo de vida no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: UNICEF, 2005.

SOUZA, Solange Jobim e. Criança e adolescente Construção histórica e social nas concepções de proteção, direitos e participação in: UNGARETTI, Maria América (org). **Criança e Adolescente. Direitos, Sexualidades e Reprodução**. São Paulo: Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

VIEIRA, Monique Soares. A interface entre a violência sexual contra crianças e adolescentes e a violência de gênero: notas críticas acerca do cenário do município de Porto Alegre. **Margens**, v. 9, n. 12, p. 254-269, 2016.